

# CAPÍTULO 14

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A JUSTIÇA SOCIAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Geórgia Dantas Macedo  
Edineide Jezine

### RESUMO

A Educação é um campo de estudo da Pedagogia que pode ser estudado a partir de diferentes abordagens teóricas. O objetivo deste trabalho é apresentar aspectos teóricos sobre o conceito de Educação e a sua intersecção com a justiça social e emancipação humana. Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema, cujo referencial teórico foi elaborado a partir da ementa de uma disciplina do curso de Doutorado em Educação da UFPB. Os resultados da pesquisa mostram que a Educação se articula diretamente com possibilidades de efetivação ou perda da justiça social e emancipação a depender dos saberes e competências do contexto educativo. Também se verifica que os espaços escolares e não escolares com uma perspectiva democrática, e, as práticas educativas emancipadoras corroboram para uma sociedade livre, justa e solidária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Justiça social. Emancipação

### 1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de apresentar os aspectos teóricos sobre o conceito de “Educação” e as suas contribuições para a justiça social e emancipação humana. A proposta é compreender o significado da “Educação” e as condições para a implementação da justiça social e emancipação humana em diferentes contextos sociais e institucionais. Para isso, é necessário situá-la no campo teórico das diferentes abordagens que a estudam, dialogando com as suas contribuições para um modelo de sociedade justa e democrática.

Nesse estudo, serão tratados sobre os conceitos, reflexões e contribuições quanto à categoria teórica “Educação”, fazendo uma intersecção com aspectos que vinculem a um projeto educacional que fomente uma sociedade com equidade e justiça social, respeitando a diversidade e autonomia das pessoas e grupos sociais.

Quanto à estrutura do trabalho, inicialmente são apresentados alguns conceitos sobre Educação. Em seguida, pontuam-se os elementos que dialogam com a perspectiva de justiça social e emancipação humana, e, as considerações finais.

### 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica construída a partir do referencial teórico de uma disciplina do Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba – PPGE/UFPB a qual foi ofertada no ano de 2022.

O critério de escolha dos textos foram os textos que tratavam da Educação e os seus elementos relacionados à Justiça Social e Emancipação humana, os quais estão descritos nas referências do trabalho.

### 3. SOBRE OS DIFERENTES CONCEITOS DE EDUCAÇÃO

A conceituação teórica sobre Educação permite diferentes abordagens e compreensões, dada a complexidade de elementos que estão relacionados a esse fenômeno, quais sejam: a realidade social, projeto ideológico, dimensão pedagógica, atores envolvidos etc.

De acordo com Sáez Alonso (2017), a Educação é multidimensional, é um campo da realidade que permite ser conhecido e pesquisado de diferentes formas: “Tiene sus conceptos distintivos, sus peculiares métodos de pruebas y su particular modo de respuesta a los niveles epistemológicos, metodológicos y técnicos, dentro del marco de las corrientes de la ciencia moderna”. (ALONSO, 2017, p. 02).

O autor chama a atenção para a necessidade de se repensar a prática educativa partindo dos pressupostos teóricos do que se define por Educação. Destaca que aqueles que se dedicam a ela pedem respostas educacionais objetivas aos teóricos, todavia, é preciso inicialmente esclarecer ideias e conceitos sobre o que é Educação e sobre o que é a Teoria ou as Teorias da Educação.

As Teorias da Educação têm o compromisso de subsidiar a prática educativa enquanto produção do saber, tendo, portanto, uma articulação teórico-prática. Ou seja, as Teorias da Educação produzem a *práxis* social e explicam o conhecimento da educação. Nesse sentido, a teoria da educação enquanto disciplina epistemológica, estuda as racionalidades que produzem Educação.

Para Touriñan-López (2008), a Teoria da Educação enquanto significado da disciplina é conhecimento que está em constante desenvolvimento. Portanto, a Teoria da Educação é uma disciplina para ensinar, investigar e de investigação, ou seja, ela é conhecimento da Educação. E, verifica-se que este conhecimento possui uma diversidade de dimensões teóricas acerca dos processos educativos.

Franco (2012), em seu estudo sobre a estreita relação entre Educação e a Pedagogia, conceitua que a Educação é o objeto de estudo da Pedagogia. Todavia, a autora destaca que é importante distinguir o que é Pedagogia e Educação:

Pode-se afirmar que a educação, numa perspectiva epistemológica, é o objeto de estudo da Pedagogia, enquanto numa perspectiva ontológica é vista como um conjunto de práticas sociais que atuam e influenciam a vida dos sujeitos, de modo

amplo, difuso e imprevisível. Por sua vez, a Pedagogia pode ser considerada como uma prática social que procura organizar/compreender/transformar as práticas sociais educativas que dão sentido e direção às práticas educacionais (FRANCO, 2012, p. 172).

Portanto, a Pedagogia pode ser considerada como a ciência que estuda diretamente a educação e as expressões dos processos educacionais em seus diferentes contextos. Para Silva Júnior (2016, p. 22), “a Educação é um objeto social a ser estudado e não, propriamente, uma área de conhecimento”.

Quando se trata sobre os diferentes conceitos sobre Educação, é preciso pensar acerca de qual o modelo educativo que está sendo citado e os elementos e sujeitos que estão envolvidos. Há que se compreender que a Educação pode desempenhar uma função social diferente, a depender da natureza da instituição e dos interesses dos atores que participam do processo educacional.

Por exemplo, sobre a Educação, não há como delimitá-la somente dentro de um espaço institucional (escolas, faculdades, universidades, institutos de pesquisa etc.). Além disso, deve-se compreender que existem particularidades e diferenças de produção de conhecimento na educação escolar e na educação não escolar, inclusive, na educação escolar há diversos modelos e práticas educativas nas instituições de educação básica, técnica, pública ou privada etc.

Para Silva Júnior (2016), os modelos educacionais se expressam de formas distintas nas escolas públicas e privadas, devido à sua própria natureza e aos seus objetivos. As escolas públicas estão inseridas em um contexto que suscita o fomento da educação enquanto direito, produzindo um sentido voltado para a solidariedade. Já as instituições privadas embora também tenham uma formação crítica, tem a educação voltada para o mercado, com foco na competitividade.

O autor ressalta ainda que, devido à precarização da qualidade da educação pública, é necessário construir estratégias de enfrentamento aos seus problemas, sugerindo a formulação de projetos pedagógicos voltados para a autonomia da escola e o trabalho coletivo dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

Portanto, observa-se que a Educação é um produto de uma determinada realidade social, por isso, cada modelo educacional dialoga com o contexto social, histórico, econômico, político e cultural em que está inserido. A educabilidade é um aspecto ontológico do ser humano, ou seja, é inerente à vida humana. Assim, é importante refletir sobre sua função social da educação e como ela é produzida e reproduzida socialmente.

Além do contexto social, há outras questões a serem consideradas nas realidades educacionais, a exemplo da observância às individualidades dos/as educandos/as, as quais contribuem para o desenvolvimento das habilidades e competências e se vinculam aos processos educacionais com a perspectiva da efetivação da justiça social e emancipação humana.

A seguir, discute-se sobre a Educação enquanto um processo de (re)contextualização, amadurecimento e aprendizagem com um sentido orientado para um projeto de sociedade mais justa e igualitária.

#### **4. EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A JUSTIÇA SOCIAL E EMANCIPAÇÃO HUMANA**

A Educação é um conjunto de práticas que podem interferir na produção ou superação de determinadas desigualdades sociais. Inicialmente, para compreendermos sobre essa relação, é necessário problematizar sobre os riscos e limites de práticas educativas com uma perspectiva disciplinadora e normatizadora e que suprima as individualidades dos sujeitos.

O conhecimento produzido pela Educação contribui para o pensamento reflexivo, interpretativo e suscita novas formas de sociabilidade. Entretanto, a Educação enquanto campo de práticas sociais disciplinadoras e sem criticidade coopera com a continuidade ou até para o aprofundamento das desigualdades e contradições sociais, daí a necessidade de se repensar cotidianamente acerca das finalidades dos processos educativos.

Bourdieu (2007), ao tratar sobre a escola conservadora, coloca que as instituições escolares conservam e reproduzem as desigualdades presentes na sociedade, na escola e na cultura. Um dos conceitos de capital trabalhados por ele, é o de capital cultural, utilizado em sua análise quando trata sobre como as diferenças desse capital se reproduzem na sociedade e na escola. “Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais” (BOURDIEU, 2017, p. 41).

Para Bourdieu, o capital cultural é um bem simbólico acumulado (herança), o qual determinadas famílias repassam para os seus filhos de forma direta ou indireta. Por isso, privilegia grupos historicamente favorecidos e fortalece determinados segmentos sociais, contribuindo assim para a reprodução de classes sociais: “[...] é o nível cultural global do grupo familiar que mantém a relação mais estreita com o êxito escolar da criança” (BOURDIEU, 2017, p. 42). A partir da sua observação, o sociólogo francês observou que os indivíduos com

maior acúmulo de capital cultural têm maiores chances de crescimento intelectual, ou seja, a origem social influencia no seu grau de conhecimento.

Nesse sentido, quando as instituições escolares se baseiam, por exemplo, na meritocracia, elas são conservadoras pois utilizam esse nível de conhecimento acumulado pelos estudantes para segregar os educandos, ou seja, “selecionar os melhores”. Portanto, a escola reproduz essa divisão de classes pois quanto maior o capital cultural do estudante, maior será o seu desenvolvimento.

Seguindo na mesma direção de compreender como a Educação pode contribuir para manter a ordem social vigente, Foucault (1999a) traz elementos para se pensar sobre o papel das instituições educativas nas relações sociais. O pensador defende que as instituições fechadas (manicômios, prisões, escolas etc.) exercem funções de controle, disciplina, correção e punição sobre os indivíduos, além de negarem e reprimirem os desejos, autonomia e poderes individuais. De acordo com a perspectiva foucaultiana, a Educação produz subjetividades e governamentalidades que exercem poder e autoridade sobre os indivíduos e os condiciona a um poder que se sobrepõe aos indivíduos.

As obras de Foucault<sup>13</sup> trazem provocações sobre como a Educação impõe relações de poder dominadoras a partir de vários aspectos: o poder institucional, o controle e disciplinamentos dos corpos (indivíduos), na produção do saber, no discurso etc.

Foucault (1999a) questiona o sistema vigente, e, apresenta de forma explícita uma realidade de sociedade em que há intencionalidades de opressão e controle e relações de poder em todos os espaços da vida social.

A leitura das suas diversas obras permite pensar sobre como as instituições escolares podem disciplinar, reprimir e controlar os sujeitos a fim de submetê-los a uma ordem institucional que oculta seus desejos e individualidades na sexualidade, no discurso, na produção de saberes, nas relações sociais e institucionais etc.

Nesse sentido, Foucault (1999b, p. 32) coloca que há controle, domínio e correção sobre os corpos, sobretudo daqueles que são “vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência”.

---

<sup>13</sup> Algumas obras de Foucault que discutem sobre essas questões: *Vigiar e Punir* (1999a); *A arqueologia do saber* (2012); *A origem do discurso* (1999b).

A partir dessa reflexão sobre as relações de poder e controle sobre os indivíduos, a Educação se distancia de uma perspectiva libertadora e de emancipação dos indivíduos pois desconsidera os desejos e necessidades individuais. Essa conjuntura de enquadramento e subordinação é evidente sobretudo no cenário de acúmulo de capital e desenvolvimento do capitalismo.

Saviani (2013) escreveu sobre as contribuições da teoria de Gramsci para analisar como os interesses capitalistas influenciam os modelos educacionais no contexto das economias regidas pelo capitalismo. A partir da teoria de Gramsci, verifica-se que o processo de dominação da hegemonia burguesa desinteressa que os sujeitos históricos se apropriarem do conhecimento, sobretudo àqueles da classe trabalhadora: “[...] para ele [Gramsci], a escola juntamente com as outras instituições da sociedade civil vão cumprir dialeticamente a dupla função estratégica de conservar e minar as estruturas capitalistas” (SAVIANI, 2013, p. 62).

O pesquisador lembra ainda que, apesar desse cenário de legitimidade dos interesses econômicos e das contradições de classes sociais nele existentes, a leitura de Gramsci permite pensar em uma proposta educativa com a ideia de Educação voltada para desenvolvimento cultural e formação de intelectuais das diferentes classes sociais, sobretudo na luta pela construção de um outro projeto de sociedade: “Podemos, pois, considerar que para Gramsci a educação é um processo que busca fazer com que os educandos passem da anomia à autonomia pela mediação da heteronomia” (SAVIANI, 2013, p. 72).

É nessa perspectiva de um contexto com um projeto societário voltado para a liberdade, autonomia e garantia de direitos das pessoas, que, Santomé (2013) discorre sobre como as sociedades com regime político democrático têm a Educação como possibilidade para a promoção do desenvolvimento humano e emancipação social. Assim, há uma relação direta entre democracia e educação emancipadora: “A democracia já é considerada como o modelo político mais justo que organiza a vida social das pessoas, das instituições e do governo e, portanto, também organiza o sistema de educação” (SANTOMÉ, 2013, p. 224).

Entretanto, o autor aponta que os sistemas educativos só alcançam essa finalidade social quando fundamentam suas práticas no combate à discriminação e a busca pela justiça social e o respeito às diferenças. Para isso, recomenda que os grupos historicamente excluídos sejam ouvidos por aqueles em situação mais vantajosa. Nesse sentido, os espaços educativos não devem reproduzir as contradições e exclusões dos grupos e pessoas em situação de desvantagem

social, mas, compreender as suas particularidades e provocá-los para o empoderamento e protagonismo dos sujeitos.

Na realidade das comunidades da Amazônia, por exemplo, o trabalho de tese defendido por Alves (2017) mostra os desafios e estratégias enfrentados para o acesso à educação superior. A pesquisa traz uma reflexão importante quanto à importância de se compreender como a Educação possui um papel social significativo para democratização do conhecimento e para a promoção da justiça social e emancipação humana.

A pesquisa buscou explicitar as particularidades do cotidiano de determinadas comunidades brasileiras, a exemplo das populações indígenas, comunidades ribeirinhas, populações dos centros urbanos, agricultores, dentre outros do contexto amazônico que demandam políticas educacionais concernentes à realidade em que estão inseridas. Os resultados do estudo permitem conhecer a diversidade de aspectos presentes na educação brasileira, pois, tomando por base o ponto de partida da pesquisa (uma determinada Região geopolítica do país), já se identifica uma gama de realidades contextuais com suas especificidades.

A pesquisa da autora também traz a conceituação sobre a Educação e o seu contexto, dialogando com os conceitos de justiça e liberdade de Amartya Sen a partir da teoria de *Capability Approach*. Para Alves (2017, p. 42), o conceito articula as dimensões de qualidade de vida, bem-estar e liberdades individuais. É bastante utilizado no desenho de políticas públicas de desenvolvimento social e bem-estar econômico. Inclusive, Amartya Sen deixou o legado de ser um dos precursores na formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) - medida que avalia a qualidade de vida de determinada população a partir das dimensões de índice de educação, longevidade e renda.

A teoria de *Capability Approach* de Sen, seria, de forma preliminar, uma “abordagem das capacidades” a qual trata sobre as capacidades que cada indivíduo tem de ser e fazer as suas escolhas, tomando como base as suas decisões e necessidades, por isso, preza sobretudo pela liberdade individual:

O ponto de partida é buscar saber o que realmente as pessoas são aptas a fazer e ser, pois o desenvolvimento de uma pessoa só é possível se ela tiver liberdade de escolher como viver, ou ainda, condições que lhe permitam desenvolver plenamente suas capacidades para ser e fazer o melhor que puder para dar forma à sua própria vida (ALVES, 2017, p. 54).

A autora chama a atenção para a necessidade de considerar, por exemplo, o contexto e os valores morais nesse processo em que os indivíduos avaliam e fazem as suas escolhas individuais.

Essa teoria não desconsidera as necessidades econômicas como requisito importante para o desenvolvimento social, todavia, avança nas possibilidades de que as políticas públicas devem atender também ao bem-estar e à liberdade de escolha de cada indivíduo, e, a Educação possui papel importante nesse processo, conforme aponta a autora: “Nesse sentido, a educação promove o desenvolvimento humano e, por meio dela, o indivíduo pode ser capaz de fazer as escolhas que julgue valiosas para si [...] a educação, portanto, pode levar o indivíduo a pensar de forma crítica” (ALVES, 2017, p. 56).

Assim, o conceito de *Capability Approach* de Sen dialoga com a Educação quando os indivíduos atribuem valor e utilidade a ela na perspectiva de liberdade individual, justiça social e igualdade. Os resultados da pesquisa da autora também ilustram que o contexto e as relações sociais influenciam nesse processo pois “podem aumentar ou diminuir as *capabilities* para educação e na educação; as diferenças sociais dão condições para elas” (ALVES, 2017, p. 60).

É esse cenário da relação entre a Educação, a liberdade e a justiça social que corrobora para a relevância de processos educativos democráticos que articulem a realidade social em que se desenvolve, além das particularidades, necessidades e escolhas dos diferentes sujeitos sociais.

Nessa seara, Santomé (2013) dá pistas de como o modelo educativo que está posto e as práticas pedagógicas adotadas podem atuar na compreensão das individualidades, objetivando sobretudo, o enfrentamento a todas as formas de injustiça social. O modelo pedagógico e o sistema educativo em que estejam inseridos deve enfrentar as injustiças sociais através da capacitação de pessoas para desconstruir formas de reprodução do racismo e incentivar a apropriação dos espaços de luta contra as indiferenças sociais. O autor sugere a efetividade de um modelo pedagógico multicultural que esteja preocupado com as diferentes formas de injustiça social, promova a tolerância e o respeito aos valores da cidadania democrática:

A curiosidade é a chave do pensar, portanto é preciso lutar contra a indiferença perante o Outro, impedir o esquecimento do Outro, algo que também exige a reivindicação de um espaço no qual possam estar juntos, no qual se possa tornar realidade o direito à diferença, mas nunca a diferença de direitos (SANTOMÉ, 2013, p. 288).

Entretanto, é preciso entender que a realidade histórica é dialética e que os espaços de poder – inclusive a educação, podem contribuir para a reprodução ou para a transformação das relações de poder e dominação.



A perspectiva do educador Paulo Freire aponta possíveis caminhos da Educação como prática libertadora, emancipadora e de superação da condição de opressão das classes subalternas. Para Freire (2002) o processo educativo democrático exige compromisso nas dimensões teórico-metodológicas, prática e ético-políticas, tendo como pressupostos os seguintes princípios: reforçar a capacidade crítica e respeito à autonomia e aos saberes dos/as educando/as; ética, criticidade, consciência do inacabamento, aceitação do novo e combate à discriminação e ao preconceito; reflexão crítica sobre a prática, disponibilidade para o diálogo, humildade, tolerância, bom senso, comprometimento e competência profissional.

Ou seja, as práticas educativas libertárias e democráticas exigem um compromisso ético e político que direcionem saberes e vivências orientados para uma sociedade mais justa e solidária com vista ao combate a todas as formas de exploração, dominação, opressão, discriminação, intolerância e preconceito.

Bell Hooks (2013), na sua obra intitulada “Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade”, defende a importância da articulação entre a Educação e a dimensão política de forma crítica e transgressora para promoção da liberdade e justiça social. A partir da sua experiência como escritora, educadora, ativista e mulher negra estadunidense, trata no decorrer do seu trabalho sobre a importância da prática pedagógica crítica e da educação libertadora.

A escritora aponta que a teoria de Paulo Freire trouxe elementos para suas inquietações sobre como as diferenças sociais – sobretudo as questões de gênero e étnico-raciais são o ponto de partida para implementação de teorias e práticas educativas democráticas:

A obra de Freire (e de muitos outros professores) afirmava meu direito, como sujeito de resistência, de definir minha realidade [...] esse ponto de vista confirmava meu desejo de trabalhar a partir de uma compreensão vivida das vidas das mulheres negras pobres (HOOKS, 2013, p. 75).

Contudo, Bell Hooks demarca que as contribuições do pensamento de Paulo Freire fomentaram o direcionamento da sua prática educativa enquanto ato político, todavia, foi a sua condição étnico-racial e de gênero que moveu a defesa de um projeto educativo e pedagógico crítico, propositivo e questionador das contradições, segregações e exclusões de determinados grupos sociais.

Verifica-se, portanto, que a educação crítica e democrática fortalece espaços e cria estratégias de empoderamento e protagonismo dos sujeitos, respeitando a diversidade sociocultural, e suscitando o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

## 5. RESULTADOS

Este trabalho apresentou diferentes conceitos sobre Educação, sobretudo aqueles que dialogam com a possibilidade de promoção de justiça social e emancipação humana, com base no referencial teórico trabalhado de um componente curricular do curso de Doutorado em Educação da UFPB.

Os resultados indicam que a Educação se constitui como um objeto de estudo e o seu conceito é multidimensional. Verifica-se também que a sua implementação ocorre dentro de um determinado contexto social, econômico, político e cultural, por isso, a dimensão teórico-prática dos processos educativos sofrem influências desse cenário.

Além disso, as práticas educativas e perspectivas teóricas que ocorrem nos espaços escolares e não escolares, e mesmo nas instituições escolares, também possuem particularidades dentro dos cenários das escolas públicas, privadas, de diferentes níveis de ensino além dos espaços não formais de educação.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das contribuições teóricas de estudiosos como Bourdieu (2007), Foucault (1999a) e Bell Hooks (2013), percebe-se que os processos educativos produzem sociabilidades que contribuem para superação ou reprodução de formas de dominação e desigualdades sociais, sendo importante que se compreenda quais as finalidades, os objetivos pretendidos pelos atores sociais envolvidos e as práticas pedagógicas adotadas no “pensar e fazer” educacional.

Algumas considerações acerca da teoria de *Capability Approach* de Amartya Sen apresentadas no trabalho de Tese de Alves (2017) mostram como as capacidades e as escolhas individuais (habilidades de ser e fazer) devem ser compreendidas pelas políticas públicas, sobretudo pela Educação, a fim de que as necessidades sociais e projetos de vida dos indivíduos sejam atendidos.

Os escritos de Bell Hooks em diálogo com Paulo Freire indicam que a ideia de educação emancipadora trazida por ele, corrobora para a articulação com questões a serem consideradas nos processos educacionais, sobretudo a atenção à autonomia dos sujeitos bem como à diversidade social, étnico-racial e cultural dos/as educandos/as.

Nesse sentido, a intersecção entre a Educação e a dimensão política nos espaços democráticos, dentro de uma perspectiva crítica e transformadora, produzem elementos que fomentam o empoderamento e autonomia das pessoas com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. A. **Um estudo de transformações educacionais e sociais em contextos amazônicos sob a égide da Universidade Aberta do Brasil: Breves e São Sebastião da Boa Vista – um mundo não tão à parte.** Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2017. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15082017-131137/publico/ROSANGELA\\_APARECIDA\\_ALVES\\_BASSO\\_rev.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15082017-131137/publico/ROSANGELA_APARECIDA_ALVES_BASSO_rev.pdf) Acesso em: 20 ago. 2022.

FOUCAULT, M. **A origem do discurso.** 5. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 20. Ed. Editora Vozes. Petrópolis: 1999b

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOOCKS, B. **Ensinar a transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: Martins Fontes, 2013. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o\\_2020.1/hooks\\_-\\_Ensinando\\_a\\_transgredir.pdf](https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/sele%C3%A7%C3%A3o_2020.1/hooks_-_Ensinando_a_transgredir.pdf) Acesso em: 20 set. 2022.

SÁEZ ALONSO, R. Teoría de la educación: conocimiento de la educación, investigación, disciplina académica. **Revista Virtual Redipe:** Año 5 Volumen 8. p. 19-38. 2017. Disponível em: <https://revista.redipe.org/index.php/1/article/view/25> Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOMÉ, J. T. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de troia da educação.** Porto Alegre: Penso, 2013 (cap II).

SAVIANI, D. Gramsci e a educação no Brasil. In: LOMBARDI, J. C.; MAGALHÃES, L. D; SANTOS, W. S. (orgs.). **Gramsci no limiar do século XXI.** Campinas, SP: Librum editora, 2013, p. 60-80. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/gramsci-no-limiar-do-seculo-xxi> Acesso em: 21 set. 2022.

TOURIÑAN LÓPEZ, J. M. Teoría de la educación: investigación disciplinar y retos epistemológicos **Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación**, vol. 1, núm. 1, julio-diciembre, 2008, pp. 175-193. 21 de julho de 2017. Pontificia Universidad Javeriana Bogotá, Colombia. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281021687012.pdf> Acesso em: 27 set. 2022.